

Banco Bari de
Investimentos e
Financiamentos S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas
do Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

Visão Corporativa

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis.

Iniciativas Inovadoras

O Banco Bari obteve autorização do Banco Central do Brasil para constituir duas novas carteiras operacionais, comercial e de crédito imobiliário, que se juntaram às anteriormente concedidas de investimento e de crédito, financiamento e investimentos. Em decorrência, concluímos as providências em dezembro último para implementação de conta corrente em nossa gama de produtos, com início operacional na primeira quinzena de janeiro do corrente ano. As vantagens daí resultantes serão expressivas para os correntistas, com acessos a novas ferramentas antes inacessíveis. Em outro campo, avançamos em ações para consolidar o conceito de banco digital, com a evolução de medidas que resultaram em aperfeiçoamentos no cartão “Bari Card”, em parceria com a bandeira Elo, e avanços em novas opções inerentes à conta digital, que encerrou o exercício com cerca de 250 mil contas e previsão de importante expansão no próximo exercício. Espera-se que o Banco, assim, continue sua evolução operacional, diversificando seus negócios.

Área Administrativa

Coroando diversas iniciativas adotadas para tornar o Banco uma instituição moderna e que valoriza o seu contingente de colaboradores, tais como: a) o “onboarding” para os novos funcionários, onde conhecem, em linhas gerais, as atividades diversas de que nos ocupamos previamente ao início efetivo das tarefas para as quais foram designados; b) reuniões remotas regulares, aberta a todo o quadro, com transparência para informar o desenvolvimento das ações adotadas nas diversas operações que cursamos, e c) atingimento de metas estabelecidas, entre outras, obtivemos, em agosto/2021 a certificação “Great Place to Work”, em que fomos

relacionados entre as melhores empresas do Paraná para trabalhar, o que foi motivo de orgulho não só para a Administração mas também para o quadro funcional. Adicionamos que todo o layout do Conglomerado foi alterado, tornando os diversos ambientes mais descontraídos e incentivadores a uma maior produtividade, seguindo diretrizes modernas do mercado, com fixação de mensagens nas salas que estimulam ao atingimento do acima exposto.

Destaques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado com o alcançado em 31 de dezembro de 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
a) Patrimônio Líquido (PL):	137.396	121.122
b) Ativos de crédito:	977.772	804.626
c) Captação:	1.056.638	783.797
d) Índice de Basileia:	15,03	19,71
f) Lucro líquido:	10.820	33.627

Vale ressaltar que o lucro líquido, conquanto em nível que ainda julgamos positivo, absorveu impactos internos e externos, como o representativo investimento para a introdução do banco digital em nossa plataforma e aqueles decorrentes do cenário macroeconômico desafiador experimentado, em razão de medidas adotadas pelas Autoridades Monetárias para mitigar os efeitos da pandemia. Por outro lado, as seguidas elevações da taxa Selic estimularam a busca por alternativas para oferecimentos de aplicações financeiras rentáveis aos nossos clientes, de molde a manter a atratividade dos títulos de nossa emissão, o que resultou em expansão significativa da carteira, conforme demonstrado no quadro acima. Realçamos ainda, como pontos positivos, a inadimplência ter se mantido em nível tolerável, com destaque para as renegociações empreendidas, e a normal continuidade das áreas operacionais ainda que com forte contingente do Banco atuando em regime de “home office”. Por fim, adicionamos como fatores auspiciosos, o incremento significativo do quantitativo de propostas de créditos recebidas e aprovadas, no crédito imobiliário, e originações crescentes no crédito consignado ocorridas durante o exercício de 2021.

No tocante a títulos disponíveis para atender aplicadores, o Banco possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Bacen.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, conforme consta em cláusula do estatuto social. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios e, conforme a política de distribuição de dividendos o crédito poderá ocorrer somente no mês de dezembro. Os dividendos não obrigatórios são destinados através de ata da assembleia geral extraordinária do início do exercício seguinte ou por ata da próxima assembleia geral ordinária. Mais informações sobre dividendos e juros sobre capital próprio estão na nota explicativa 19.c.

Medidas Decorrentes da Covid-19

Permanecemos com todas as cautelas necessárias, em consonância com as recomendações das áreas médicas, para preservação da saúde, física e mental, de nossos colaboradores e extensiva aos clientes, quando aplicável. Instituímos, nessa linha, canais de comunicação com recursos virtuais para manter o quadro funcional motivado e atualizado. Assim, as normas expedidas no exercício pelos Órgãos Reguladores foram disseminadas prontamente e houve incentivos à participação via remota em treinamentos e em reuniões de serviços para o alcance de melhores práticas negociais.

Agradecimentos

A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, que possibilitou o resultado alcançado para o exercício de 2021, a demonstrar, após dois anos de desafios conjunturais, com impactos diversos, consoante acima abordados, que os rumos empreendidos na gestão se encontram em linha com os princípios consagrados no mercado, em especial na área digital, e colocam a instituição na modernidade requerida pela sociedade.

Curitiba (PR), 29 de abril de 2022.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao Conselho de Administração e Diretores do
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos



relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras para fins gerais

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 24 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os



assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas



divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP- 271754/O-9

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		405.632	325.144	Circulante		397.491	215.339
Disponibilidades	4	2.073	817	Depósitos e demais instrumentos financeiros		325.796	146.978
Instrumentos financeiros		373.682	305.600	Depósitos		175.046	26.578
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		160.934	126.153	Depósitos a prazo	10.a	160.640	24.896
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	124.677	47.250	Outros depósitos	10.b	14.406	1.682
Carteira própria	5.a	13.638	56.543	Depósitos interfinanceiro		-	-
Vinculados a compromisso de recompra	5.b	1.292	16.432	Obrigações por operações compromissadas	10.c	1.291	-
Vinculados a garantia de operações	5.c	21.327	5.928	Carteira própria		1.291	-
Operações de crédito	6	212.748	179.447	Recursos de aceites de emissão de títulos	10.d	144.984	120.400
Operações de crédito - setor privado		224.336	185.345	Recursos de aceites cambiais		2.603	33.166
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(11.588)	(5.898)	Recursos letras imobiliária e hipotecária		142.381	87.234
Outros ativos financeiros	7	26.339	8.411	Instrumentos financeiros derivativos	5.c	4.475	-
Outros ativos	8	3.538	10.316	Instrumentos financeiros derivativos		4.475	-
Outros ativos		3.689	11.204	Outras obrigações		71.695	68.361
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(151)	(888)	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		767	50
Não circulante		872.826	661.906	Sociais e estatutárias	11	5.763	13.459
Realizável a longo prazo		839.929	643.109	Fiscais e previdenciárias	12	8.471	13.309
Instrumentos financeiros		788.534	625.863	Diversas	13	56.694	41.543
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		45.502	16.751	Não circulante		743.571	650.589
Carteira própria	5.a	44.289	16.751	Exigível a longo prazo		743.571	650.589
Vinculados a compromisso de recompra	5.c	281	-	Depósitos e demais instrumentos financeiros		735.317	643.627
Instrumentos financeiros derivativos	5.d	932	-	Depósitos	10.a	389.016	281.502
Operações de crédito	6	743.032	609.112	Depósitos a prazo		389.016	281.502
Operações de crédito - setor privado		753.436	619.281	Recursos de aceite de emissão de títulos	11.d	346.301	355.317
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(10.404)	(10.169)	Recursos de aceites cambiais		2.561	12.031
Créditos tributários	22	31.842	12.773	Recursos letras imobiliária e hipotecária		343.740	343.286
Outros ativos financeiros	7	1.823	1.721	Instrumentos financeiros derivativos	5.c	-	6.808
Outros ativos financeiros		2.180	3.123	Instrumentos financeiros derivativos		-	6.808
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(357)	(1.402)	Outras obrigações		8.254	6.962
Outros ativos	8	17.730	2.752	Fiscais e previdenciárias	12	1.469	-
Outros ativos		19.291	4.217	Diversas	13/14	6.785	6.962
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.561)	(1.465)	Patrimônio líquido	15	137.396	121.122
Permanente		32.897	18.797	Capital		82.478	50.344
Investimentos		3.497	2.934	De domiciliados no país		82.478	50.344
Investimentos em participações em coligadas		3.494	2.931	Reservas de lucros		55.435	70.724
Outros investimentos		3	3	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		(517)	54
Imobilizado de uso		2.595	2.512	Total do ativo		1.278.458	987.050
Outras imobilizações de uso		4.504	4.042	Total do passivo		1.278.458	987.050
Depreciações acumuladas		(1.909)	(1.530)				
Intangível	9	26.805	13.351				
Ativos intangíveis		36.112	16.508				
Amortização acumulada		(9.307)	(3.157)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração de resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira		109.843	217.466	163.758
Operações de crédito		100.435	203.607	164.463
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.e	7.910	10.594	3.025
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.e	1.498	3.265	(3.730)
Despesas da intermediação financeira		(62.517)	(102.581)	(57.051)
Operações de captação no mercado	10.e	(52.823)	(88.012)	(46.300)
Despesas de obrigações de empréstimos e repasses		-	-	(94)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	(9.694)	(14.569)	(10.657)
Resultado bruto da intermediação financeira		47.326	114.885	106.707
Outras receitas (despesas) operacionais		(62.706)	(110.040)	(60.025)
Receita de prestação de serviços		6.709	19.423	10.341
Despesas de pessoal		(6.768)	(12.637)	(10.116)
Outras despesas administrativas	17	(63.640)	(116.565)	(56.897)
Despesas tributárias		(3.332)	(7.774)	(6.668)
Resultado de participação em coligadas e controladas		2.643	6.200	2.305
Outras receitas operacionais		3.836	5.707	2.537
Outras despesas operacionais		(2.154)	(4.394)	(1.527)
Resultado operacional		(15.380)	4.845	46.682
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(15.380)	4.845	46.682
Imposto de renda e contribuição social	18	9.053	5.975	(13.055)
Provisão para imposto de renda		(2.601)	(8.909)	(9.514)
Provisão para contribuição social		(1.424)	(3.723)	(3.562)
Ativo fiscal diferido		13.078	18.607	21
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício		(6.327)	10.820	33.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	<u>10.820</u>	<u>33.627</u>
Outros resultados abrangentes	##	
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(517)	54
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	<u>233</u>	<u>(24)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>10.536</u></u>	<u><u>33.657</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2020	50.214	117	3.165	43.747	-	-	97.243
Integralização capital	117	(117)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	54	-	54
Variação aumento de capital controlada	13	-	-	-	-	-	13
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.627	33.627
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	1.681	22.131	-	(23.812)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(4.717)	(4.717)
Dividendos	-	-	-	-	-	(5.098)	(5.098)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.344	-	4.846	65.878	54	-	121.122
Mutações do exercício	130	(117)	1.681	22.131	54	-	23.879
Saldos em 1 de janeiro de 2021	50.344	-	4.846	65.878	54	-	121.122
Aumento de capital	32.000	-	-	(21.869)	-	-	10.131
Homologação aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Variação aquisição de capital da controlada	134	-	-	-	-	-	134
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(571)	-	(571)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.820	10.820
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	682	5.898	-	(6.580)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.830)	(2.830)
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.410)	(1.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82.478	-	5.528	49.907	(517)	-	137.396
Mutações do exercício	32.134	-	682	(15.971)	(571)	-	16.274
Saldos em 1 de julho de 2021	50.345	32.133	5.703	56.126	(321)	-	143.986
Aumento de capital	32.133	(32.133)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(196)	-	(196)
Variação aumento de capital controlada	-	-	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	(6.327)	(6.327)
Destinações:							
Constituição de reserva	-	-	-	(6.394)	-	6.394	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(67)	(67)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	82.478	-	5.703	49.732	(517)	-	137.396
Mutações do exercício	32.133	(32.133)	-	(6.394)	(196)	-	(6.590)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício		(6.327)	10.820	33.627
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações		4.001	6.602	3.082
Equivalência patrimonial		(2.643)	(6.200)	(2.306)
Resultado com instrumentos derivativos		(1.498)	(3.265)	3.730
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		9.694	14.569	10.677
Provisão (reversão) para outros créditos diversos		(979)	(2.175)	30
Provisão (reversão) para ativos não financeiros		(851)	345	888
Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		150	472	362
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente		4.025	12.632	13.076
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos		(13.078)	(18.607)	(21)
Residual alienação imobilizado		-	-	(10)
Participação dos empregados		477	915	745
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Títulos e valores mobiliários		(10.484)	14.256	(66.533)
Operações de crédito		(79.849)	(181.751)	(112.289)
Outros créditos		(11.176)	(19.934)	(4.969)
Outros valores e bens		(34)	(4.969)	(103)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Depósitos interfinanceiros e a prazo		135.527	256.609	144.025
Recursos de aceites cambiais		1.517	16.232	5.239
Instrumentos derivativos		-	-	(5.340)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		70	717	(112)
Obrigações sociais e estatutárias		(213)	(1.031)	(2.449)
Obrigações fiscais e previdenciárias		(104)	(3.675)	3.112
Outras obrigações		(1.607)	14.603	7.997
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.553)	(12.326)	(12.366)
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades operacionais		25.065	94.839	20.092
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos		4.737	6.091	-
Aquisições de investimentos		(380)	(475)	(92)
Aquisições de imobilizado		(239)	(609)	(857)
Adições ao intangível		(11.352)	(19.604)	(10.681)
Alienação do imobilizado		-	-	13
Caixa líquido (utilizados) nas atividades de investimentos		(7.234)	(14.597)	(11.617)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	15.a	-	10.131	13
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	15.d	(29)	(11.690)	-
Caixa líquido aplicado na atividades de investimentos		(29)	(1.559)	13
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		17.802	78.683	8.488
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		108.948	48.067	39.579
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		126.750	126.750	48.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, opera substancialmente com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atuando com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora do Banco, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4751, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

Também fazem parte do conglomerado prudencial as seguintes instituições:

- A Bari Companhia Hipotecária (“Companhia”), controlada pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (99%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012. Integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie. Está localizada na Av. Sete de Setembro, nº 4751, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.
- A Bari Securitizadora S.A. (“Companhia”), controlada pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (99%), foi constituída em 28 de outubro de 2008, e tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI’s) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que seja compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. Está localizada na Rua Alvaro Anes, nº 46, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho,

interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que o Banco possui maior atuação, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e geração de renda

Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o Banco manteve reserva de caixa, para honrar com suas obrigações, não tendo necessidade de captação adicional no mercado ou através de aumento de capital. O Banco promoveu as renegociações, com prorrogação de prazo de pagamento de parcelas, e alguns casos concedeu carência, para aqueles clientes que tiveram impacto direto com a pandemia. Mesmo diante desse cenário, não observou-se impactos relevantes nos índices de inadimplência por conta da pandemia, até o encerramento do exercício de 2021

O Banco mantém a preocupação com a saúde dos seus colaboradores, clientes e fornecedores, bem como a continuidade das operações de maneira segura.

Por este motivo, decidimos adotar o trabalho de forma híbrida, sendo alguns dias da semana trabalho nas dependências do Banco e outros em home office, para os colaboradores que estejam no grupo de risco, o trabalho está sendo integralmente home office, estabelecendo todos os protocolos de segurança sanitária instituídos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), devam elaborar e apresentar demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

- Instituições financeiras;
- Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Administradoras de consórcio;
- Instituições de pagamento;
- Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo;
- Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas no incisos i) e iv); e

- Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios também devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tem a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). A entidade líder do Conglomerado, por deter o controle sobre as demais entidades, é o Banco.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial são apresentadas abaixo:

	Bari Securizadora S.A	Bari Companhia Hipotecária
Informações sobre a controlada:		
Número de ações de capital	2.750.000	45.000.000
Ativo Total	5.939	5.222
Lucro (Prejuízo) do exercício	1.185	8.808
Patrimônio líquido:		
Capital social	2.750	45.000
Reservas de lucros	1.131	32.659
Ajuste a valor de mercado	22	-11
Informações sobre o investimento na controlada:		
Número de ações possuídas	2.723	31.383
Percentual de participação (%)	99%	99%
Movimentação dos investimentos no exercício:		
Saldo início do exercício	3.864	63.714
Aumento de capital	-	-
Dividendos	-88	-1.212
Resultado de equivalência patrimonial	881	21.570
Saldo final do exercício	4.657	84.072

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil – Bacen. Dessa forma, foram

observados requisitos específicos na consolidação, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.720/19 do CMN e da Circular nº 3.959/19 do Bacen. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards - IFRS. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e adoção de novas nomenclaturas e grupamentos.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados pela Companhia. A Companhia está em processo de adaptações da Resolução, a qual determina a extinção dos documentos a seguir:

- Balancete e Balanço - sede e dependência (documentos 4020 e 4026);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Consolidada de Dependências e Participações Societárias no Exterior (documento 4343);
- Balancete e Balanço do Conglomerado Financeiro (documentos 4040 e 4046);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Individual de Participação Societária no Exterior (documento 4313) será simplificado;
- Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/ Parecer do Auditor.

A resolução mantém a obrigatoriedade de publicação dos documentos:

- Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal (CADOC 4060);
- Balanço Patrimonial – Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral (CADOC 4066), para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro; e
- Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral, para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro (o qual ainda será objeto de maior detalhamento por parte do regulador).

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A

Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que a Companhia, está em processo de avaliação de impacto e alterações necessárias para sua implementação.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Foi realizada avaliação e análise por parte da Companhia, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto na Companhia.

As demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de abril de 2022.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Conglomerado Prudencial e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.d e 6.b – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito;
- Nota explicativa 5.c – determinação do valor justo dos títulos e instrumentos financeiros derivativos;

- Nota explicativa 8 – estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de outros ativos (bens não de uso);
- Nota explicativa 13 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 20 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados).

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Conglomerado Prudencial. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.
- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**
As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

- **Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos**

As principais operações de crédito do Conglomerado Prudencial são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento, empréstimos a pessoas físicas e financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

d. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 4.803 de 09/04/2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações renegociadas, devido a pandemia da Covid-19, permitindo às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, reclassificar para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

e. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros

f. Investimentos

Os investimentos em coligadas, foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

g. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Conglomerado Prudencial.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

Taxa - %

Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

h. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado Prudencial ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular Bacen nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou

administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (Bacen).

I. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Para as assemelhadas, Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., a alíquota é de 9%.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o

Conglomerado Prudencial espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

m. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Conglomerado Prudencial Bari no 2º semestre de 2021 no montante de R\$ (6.327) (R\$ 17.927 em 2020) e no exercício de 2021, no montante de R\$ 10.820 (R\$ 33.627 em 2020), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial Bari encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Disponibilidades		
Caixa	12	1
Depósitos bancários	788	284
Reservas livres	1.217	331
Disponibilizadas em moeda estrangeira	56	201
Aplicações interfinanceiras (a)	124.677	47.250
Total	126.750	48.067
Total de disponibilidades	2.073	817
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	124.677	47.250

- a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

Título	2021		2020	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	9,15% a.a.	124.196	1,90 a.a	47.250
Total		124.196		47.250

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários – carteira própria

	Vencimento	2021		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2022 a 01/03/2026	43.925	44.073	(148)
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	1.303	1.303	-
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	12.699	13.595	(896)
Total		57.927	58.971	(1.044)

	Vencimento	2020		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	77.776	77.895	(29)
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	3.695	3.764	(69)
Certificado de recebíveis imobiliários	13/05/2038	8.255	8.025	229
Total		89.726	89.594	131

b. Títulos e valores mobiliários – valores vinculados a operações compromissadas

	Vencimento	2021		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Debêntures*	17/01/2022 a 27/01/2022	1.292	1.292	-

*Não há valores comparativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

c. Títulos e valores mobiliários – valores em garantia de operações – mantidos até o vencimento

	Vencimento	2021		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/09/2022 a 01/03/2023	21.608	21.616	(8)

	Vencimento	2020		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/03/2021	5.928	5.929	(1)

d. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrado a seguir:

Posição ativa	Data de vencimento	2021			2020	
		Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a receber	Valor de mercado	Diferencial a receber
IPCA	17/06/2024	30.000	30.979	342	-	-
IPCA	16/06/2025	20.000	20.653	590	-	-
Pré-Fixada	01/07/2022	50.000	55.489	-	53.152	-
Total		100.000	107.121	932	53.152	-

Posição passiva	Data de vencimento	2021			2020	
		Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a pagar	Valor de Mercado	Diferencial a pagar
CDI	17/06/2024	30.000	30.390	-	-	-
CDI	16/06/2025	20.000	20.310	-	-	-
CDI	01/07/2022	50.000	59.964	(4.475)	59.961	(6.808)
Total		100.000	110.664	(4.475)	59.961	(6.808)

e. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º semestre/2021	2021	2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	1.017
Rendas de aplicação em operações compromissadas	5.138	6.210	890
Deságio na colocação de títulos	(613)	(1.327)	(555)
Rendas em aplicação em fundos	-	-	417
Resultado com títulos de renda fixa	3.385	5.711	2.119
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.498	3.265	(3.730)
Total	9.408	13.859	158

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	2021		2020	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Crédito pessoal e CDC	2.130	0,22%	142	0,02%
Crédito pessoal consignado	332.109	33,97%	246.335	30,61%
Capital de giro	1.131	0,12%	1.663	0,21%
Cartão de crédito	5.924	0,61%	123	0,02%
Empréstimos com garantia imobiliária	510.518	52,21%	388.688	48,31%
Financiamentos	-	-	77	0,01%
Financ. imob. empreend - aquisição	27.772	0,02%	31.989	3,98%
Financ. imob. resid. - aquisição	91.541	2,84%	128.993	16,03%
Financ. imob. resid.- reforma e ampliação/construção	6.481	0,66%	6.616	0,82%
Total	977.772	100,00%	804.626	100,00%

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º Semestre /2021	2021	2020
Saldo inicial semestre/exercício	(17.049)	(16.067)	(13.211)
Constituição líquida de reversão	(9.694)	(14.569)	(10.677)
Baixa para prejuízo	4.751	8.644	7.821
	(21.992)	(21.992)	(16.067)
Total	(21.992)	(21.992)	(16.067)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 3.373 e R\$ 6.208 respectivamente (R\$ 3.257 no exercício findo em 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco efetuou as seguintes operações:

- (i) refinanciadas, totalizaram R\$ 45.193 no segundo semestre de 2021 e R\$ 166.205 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 103.462 no segundo semestre de 2021 e R\$ 122.357 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e;
- (ii) renegociadas totalizam R\$ 32.285 no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 (não há valores comparativos em 2020).

O saldo apresentado foi apurado com base nos critérios descritos na Resolução Bacen nº 2.682/99, que considera qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, são considerados renegociados os contratos que apresentam atrasos ou deterioração na situação do devedor.

b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	2021	2020
A vencer:		
Até 3 meses	57.544	47.206
De 3 meses a 12 meses	153.920	132.463
De 1 a 3 anos	357.608	331.603
De 3 a 5 anos	190.461	216.967
De 5 a 15 anos	201.524	70.618
Acima de 15 anos	3.843	95
	964.900	798.950
Total a vencer	964.900	798.950
Vencidos	12.872	5.676
	977.772	804.626
Total	977.772	804.626

b.3 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

**Banco Bari de Investimentos
e Financiamentos S.A.**
*Demonstrações financeiras consolidadas
do Conglomerado Prudencial em
31 de dezembro de 2021*

Nível	Situação	% Provisão	Setor				Dezembro/2021		Dezembro/2020	
			Indústria	Comércio	Serviços	P. Física	Total	Vlr. Provisão	Total	Vlr. Provisão
AA	Normal	0,00%	-	-	392	37.561	37.953	-	37.131	-
A	Normal	0,50%	18.715	8.393	14.155	647.351	688.614	(3.443)	546.321	(2.730)
B	Normal	1,00%	-	873	6.124	129.782	136.779	(1.368)	118.072	(1.181)
	Vencido		-	-	352	18.370	18.722	(187)	10.503	(105)
C	Normal	3,00%	-	-	156	29.718	29.874	(896)	56.322	(1.689)
	Vencido		-	749	1.308	27.610	29.667	(890)	14.873	(446)
D	Normal	10,00%	-	-	-	1.194	1.194	(119)	5.790	(578)
	Vencido		-	-	-	11.839	11.839	(1.183)	3.373	(337)
E	Normal	30,00%	-	-	-	69	69	(21)	877	(263)
	Vencido		-	35	197	7.050	7.282	(2.185)	1.009	(303)
F	Normal	50,00%	-	-	-	640	640	(320)	715	(358)
	Vencido		-	-	-	5.470	5.470	(2.735)	1.376	(689)
G	Normal	70,00%	-	-	-	30	30	(21)	79	(55)
	Vencido		-	-	-	3.385	3.385	(2.370)	2.844	(1.992)
H	Normal	100,00%	-	-	-	26	26	(26)	272	(272)
	Vencido		-	-	-	6.228	6.228	(6.228)	5.069	(5.069)
Total			18.715	10.050	22.684	926.323	977.772	(21.992)	804.626	(16.067)
Circulante							224.336	(11.588)	185.345	(5.898)
Não Circulante							753.436	(10.404)	619.281	(10.169)

c. Aquisição de Crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Banco adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 142.444 (R\$ 38.409 no exercício de 2020). Essas operações auferiram renda no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 5.527 e R\$ 11.339 respectivamente (R\$ 8.809 no exercício de 2020). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o exercício em epígrafe, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 31.014 no segundo semestre de 2021 e R\$ 183.030 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 29.617 no segundo semestre de 2020 e R\$ 68.026 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	2021	2020
Circulante		
Serviços prestados a receber	701	512
Adiantamentos e antecipações salariais	355	676
Impostos a compensar (c)	4.048	3.166
Prêmio ou (-) Desconto em operações de crédito	(152)	(194)
Títulos e créditos a receber (a)	19.942	2.407
Devedores para compra de valores e bens	672	471
Devedores diversos (b)	762	1.347
Valores a receber de sociedades ligadas	91	2
Outros ativos financeiros	47	22
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(127)	-
Total	26.339	8.409
Não circulante		
Depósitos em garantia	783	294
Impostos a compensar (c)	1.040	761
Devedores para compra de valores e bens	-	926
Prêmio ou (-) Desconto em operações de crédito	-	(260)
Títulos e créditos a receber (a)	357	1.402
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(357)	(1.402)
Total	1.823	1.721

- a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 31 de dezembro de 2021, basicamente por:
- a.1. R\$99 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 268 em 2020);
 - a.2. R\$ 248 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 em 2020) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança;
 - a.3. R\$ 19.921 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (R\$ 2.218 em 2020)
 - a.4. R\$ 30 refere-se a operação não reconhecida pela contraparte (R\$ 1.075 em dezembro de 2021). A administração considerou provisão para perda na sua totalidade. A redução do saldo apresentado em 2021 foi em virtude de recuperação do ativo provisionado.
- b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por, pelas contas com maior relevância, sendo:

- b.1. valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte no montante de R\$212 (R\$ 595 em 2020);
- b.2. R\$ 97 referente a valores a ressarcir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis (R\$ 195 em 2020); e carga de pagamento BariCard a processar no montante de R\$ 339 (R\$ 536 em 2020).
- b.3. valores em contestação BariCard em R\$ 60 (não há valores comparativos para o exercício findo em 2020);
- b.4. operações a regularizar no próximo dia útil relacionado ao pix, no valor de R\$ 46 (não há valores comparativos no exercício findo em dezembro de 2020);
- b.5. demais pulverizados que somam o valor de R\$ 3 (não há saldos comparativos no exercício findo em dezembro de 2020)
- c) Referem-se a valores de IRPJ e CSLL a compensar, de períodos anteriores, devido a apuração de saldos negativos, que serão recuperadas em exercícios futuros.

8 Outros ativos

	2021	2020
Circulante		
Despesas antecipadas – Seguros	9	-
Despesas antecipadas – Serviços de terceiros	151	8
Despesas antecipadas – estoque plástico BariCard	1.067	
Ativos não financeiros recebidos (a)	2.426	11.196
(-) redução ao valor recuperável	(151)	(888)
Total	3.538	10.316
Não circulante		
Ativos não financeiros recebidos (a)	19.291	3.123
(-) redução ao valor recuperável	(1.561)	(1.402)
Total	17.730	1.721

- a) Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (execução da garantia com a retomada de imóveis). Foram executados R\$ 6.480 no segundo semestre de 2021 e R\$ 14.304 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, somando o saldo total de valores em bens não de uso no montante de R\$ 21.717 (R\$ 14.163 em 2020). Durante o exercício foram realizados laudos de avaliação destes imóveis com o objetivo de refletir corretamente o valor recuperável desses ativos. Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado a título de redução ao valor recuperável é de R\$ 962 (R\$ 1.603 em 2020). Os critérios de classificação dos ativos não financeiros recebidos, para curto e longo prazo, são através de identificação da impossibilidade de venda do bem, seja por liminar judicial ou imóvel ocupado.

9 Intangível

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.541	1.810	13.351
<i>Movimentação do custo</i>			
Custo em 1º de janeiro de 2021	13.804	2.704	16,508
Adições	18.402	1.290	19.692
Baixas	-	(88)	(88)
Custo em 31 de dezembro de 2021	32.206	3.906	36.112
<i>Movimentação da amortização</i>			
Amortização em 1º de janeiro de 2021	(2.263)	(894)	(3.157)
Amortização anual	(5.572)	(578)	(6.150)
Amortização em 31 de dezembro de 2021	(7.835)	(1.472)	(9.307)
Saldo contábil líquido: Em 31 de dezembro de 2021	24.371	2.434	26.805
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.975	1.336	5.311
<i>Movimentação do custo</i>			
Custo em 1º de janeiro de 2020	4.038	1.790	5.828
Adições	9.767	913	10.680
Baixas	-	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2020	13.805	2.703	16.508
<i>Movimentação da amortização</i>			
Amortização em 1º de janeiro de 2020	(62)	(463)	(525)
Amortização anual	(2.202)	(430)	(2.632)
Amortização em 31 de dezembro de 2020	(2.264)	(893)	(3.157)
Saldo contábil líquido: Em 31 de dezembro de 2020	11.541	1.810	13.351

10 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de Títulos

a. Depósitos a prazo

2021				2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
28.466	132.174	389.016	549.656	307.062
Circulante			160.640	24.896
Não Circulante			389.016	282.166

b. Outros depósitos – conta de pagamento

2021				2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
14.406	-	-	14.406	1.682
Circulante			14.406	1.682
Não Circulante			-	-

c. Obrigações por operações compromissadas

2021				2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
1.291	-	-	1.291	-
Circulante			1.291	-
Não Circulante			-	-

d. Recursos de aceites e emissões de títulos

(i) Recursos de aceites cambiais

2021				2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
404	2.199	2.561	5.164	44.533
Circulante			2.603	32.502
Não Circulante			2.561	12.031

(ii) Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias

2021				2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
55.426	86.955	343.740	486.039	430.520
Circulante			142.381	87.234
Não Circulante			343.740	343.286

e. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	2º semestre/2021	2021	2020
Despesas depósitos interfinanceiros	(74)	(427)	(757)
Despesas depósitos a prazo	(26.123)	(38.668)	(13.620)
Despesas aceites cambiais	(754)	(2.420)	(4.154)
Despesas de operações compromissadas	(4)	(6)	-
Despesas letras de crédito imobiliário	(25.219)	(45.301)	(27.707)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(649)	(1.190)	(925)
Total	<u>(52.823)</u>	<u>(88.012)</u>	<u>(47.163)</u>

11 Obrigações sociais e estatutárias

	2021	2020
Circulante		
Dividendos a pagar	1.241	6.109
Juros sobre capital próprio a pagar	3.637	6.806
Participação nos resultados a pagar	885	540
Total	<u>5.763</u>	<u>13.455</u>

12 Obrigações fiscais e previdenciárias

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	4.927	8.242
Contribuição social	2.180	3.360
Impostos e contribuições s/ serv. de terceiros	356	239
Impostos e contribuições s/ salários	323	360
IRRF s/ JCP	-	398
Outros	685	653
Total	<u>8.471</u>	<u>13.252</u>
Não Circulante		
Impostos diferidos	1.469	57
Total	<u>1.469</u>	<u>57</u>

13 Outras obrigações - Diversas

	2021	2020
Circulante		
Despesas de pessoal	752	714
Outras provisões	6.362	6.136
Credores diversos - país (a)	49.046	34.249
Rendas antecipadas	534	372
Total	<u>56.694</u>	<u>41.471</u>
Não circulante		
Provisões para contingencias (nota)	244	692

13)		
Rendas antecipadas	-	23
Credores diversos - país (a)	6.541	6.247
Total	<u>6.785</u>	<u>6.962</u>

- a) Referem-se substancialmente a:
- a.1. parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 1.989 (R\$ 3.098 em 2020);
 - a.2. contratos de financiamentos efetivados e não desembolsados até a data do balanço no montante de R\$ 26.638 (R\$ 26.494 em 2020);
 - a.3. recebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas R\$ 621 (R\$ 559 em 2020); e
 - a.4. compra de carteira a prazo no montante de R\$ 3.699 (R\$ 3.084 em 2020).
 - a.5. credores bandeira Elo R\$ 19.164 (R\$ 2.456 em 2020)
 - a.6. demais valores pulverizados de R\$ 3.476 (R\$ 4.739 em 2020).

14 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram reconhecidos no Conglomerado Prudencial ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável o Conglomerado Prudencial efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício

Em 31 de dezembro de 2021, o Conglomerado possuía provisões para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 244 (R\$ 692 em 2020), como segue:

	2021				Saldo no final do período
	Saldo no início do período	Constituição	(Reversão)	(Pagamento)	
Cíveis	537	358	(58)	(687)	150
Trabalhistas	155	-	(61)	-	94
Total –2021	<u>692</u>	<u>358</u>	<u>(119)</u>	<u>(687)</u>	<u>244</u>
Total - 2020	<u>734</u>	<u>962</u>	<u>(524)</u>	<u>(480)</u>	<u>692</u>

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, no Conglomerado, em 31 de dezembro de 2021, por processos de natureza cível no montante de R\$ 4.571 (R\$ 3.423 em 2020).

O Conglomerado Prudencial possui ainda processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 7 classificado como risco de perda possível (R\$ 69 em 2020).

Em 31 de dezembro de de 2021 e 2021, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como possível.

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 30 de abril de 2021, os acionistas deliberaram em AGO/AGE sobre a capitalização das reservas, dividendos destacados e juros sobre capital próprio provisionados (vide nota d), para aumento de capital no montante de R\$ 32.000, sendo R\$ 21.869 com incorporação de reservas, R\$ 5.080 com dividendos e R\$ 5.051 com juros sobre o capital próprio, homologado em 29 de julho de 2021, pelo Banco Central do Brasil.

Em 17 de dezembro de 2020, a acionista Maria Tereza Fornea Caron, alienou sua participação societária (1.735 ações ordinárias) para Enio Fornea Junior no valor de R\$ 1.735.

O valor do capital social é R\$ 82.000 (oitenta e dois milhões de reais), sendo R\$ 80.360 (oitenta milhões, trezentos e sessenta reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.640 (um milhão seiscentos e quarenta mil de reais) em ações preferenciais nominativas.

O quadro de acionistas do Conglomerado Prudencial, em 31 de dezembro de 2020, está representado da seguinte forma:

Acionistas	Banco Bari Nº de ações	Companhia Hipotecária Nº de ações	Securitizadora Nº de ações
Banco Bari S.A.	-	44.550.000	2.722.500
Bordin Adm.e Incorp. Ltda.	29.089.582		
Enio Fornea Junior	9.646.070		
Ivo Luiz Roveda	19.833.258	225.000	
Antonio Bordin Neto	5.719.090		
Evaldo Leandro Perussolo	1.640.000		27.500
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	16.072.000	225.000	-
Total	82.000.000	45.000.000	2.750.000

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre Capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) para o exercício de 2021, do lucro líquido do Banco, para a Hipotecária 6% (seis por cento) e 10% (dez por cento) na Securitizadora, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Vlr. Prov.	Vlr. IRRF	Vlr. Liq. Pagar	Valor pago em períodos anteriores	Valor Pago exercício corrente	Residual a pagar	Data Pagto	Deliberado por AGO datada em
Juros sobre capital próprio – JCP – 2019	5.040	(756)	4.284	(1.448)	(1.567)	1.229	Pagto residual em 2021	24ª 30/04/2020
Dividendos propostos em 2018	758	-	758	(744)	(14)	-	Pagto residual em 2021	23ª 30/04/2019
Dividendos propostos em 2019 (a)	991	-	991	-	(991)	-	12/01/2021	24ª 30/04/2020
Dividendos propostos em 2020 (a)	5.080	-	5.080	-	(5.080)	-	30/04/2021	25ª 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP – 2020 (a)	4.717	(708)	4.009	-	(4.009)	-	30/04/2021	25ª 30/04/2021
Juros sobre capital próprio - JCP – Junho 2021	2.800	(420)	2.380	-	-	2.380		Não deliberado
Dividendos propostos em junho 2021	1.228	-	1.228	-	-	1.228		Não deliberado
Dividendos propostos em 2019 (b)	12	-	12	-	(12)		19/11/2021	9ª 30/04/2020
Dividendos propostos em 2020 (b)	17	-	17	-	(17)		19/11/2021	10ª 30/04/2021
Dividendos propostos em 2021 (b)	12	-	-		-	12		Não deliberado
Juros sobre capital próprio 2021 (b)	33	(4)	29		-	29		Não deliberado
				Total	(11.690)	4.878		

- (a) Valores de dividendos e juros sobre capital pagos em 30 de abril de 2021 foram capitalizados com aumento de capital, deliberado na 25ª AGO
- (b) Valores referem-se a dividendos e juros sobre capital próprio dos acionistas minoritários da Bari Securitizadora S.A (que correspondem a 1% da participação acionária) e da Bari Companhia Hipotecária (que corresponde a 1% da participação acionária)

e. Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2021	2020
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	10.526	33.333
Reserva legal (5%)	(666)	(1.667)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	<u>(2.799)</u>	<u>(4.717)</u>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	7.061	26.949
Dividendos mínimos obrigatórios (25% conforme estatuto social) (a)	(1.228)	(6.737)

(a) A Resolução n.º 4.885 do Conselho Monetário Nacional de 23 de dezembro de 2020, alterou a Resolução 4.820 de maio de 2020, tornando possível a distribuição de juros sobre capital a próprio e dividendos mínimo obrigatório de acordo com o estatuto da entidade, respeitando o percentual máximo de distribuição de 30% do lucro líquido. A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios foram reduzidas devido a limitação proposta na resolução supramencionada considerando a distribuição já realizada do Juros sobre capital próprio

16 Transações entre partes relacionadas

	2021			2020		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
Captação (c)	(145.324)	-	(7.058)	(110.323)	-	(3.201)
Remuneração administradores	-	-	(1.375)	-	-	(884)
Saldo em conta pagamento	(328)	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio/dividendos	(3.159)	-	-	(3.224)	-	-
Operação de Crédito	295	-	-	-	-	-
Pessoas jurídicas						
Antecipações de recebíveis	-	-	-	134	13	-
Desenvolvimento de software	(1.462)	-	(6.048)	(1.246)	-	(3.688)
Saldo em conta pagamento	(22)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio/dividendos	(1.716)	-	-	(3.241)	-	-
Captação (c)	(56.008)	-	(3.000)	(107.586)	-	(3.797)
Utilização de estrutura compartilhada (b)	138	-	221	2	-	66
Prestação de serviços (a)	(2.197)	-	(30.328)	(2.607)	-	(25.184)
Aluguel comercial	-	-	(166)	-	-	(229)
Estruturação e indicação de operações de crédito	-	883	-	-	837	-

(*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Barigüi Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda e (xx) Ana Carolina Valentim Marcondes Sociedade Individual de Advocacia.

(a) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.

(b) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

(c) Referem-se a Recursos de aceites cambiais (LC) e Certificados de depósitos bancários (CDB).

a. Subscrição de cotas (administrado pela Bari Securitizadora sob a forma de patrimônio separado)

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros da Diretoria	61	0,50%	IGP-M	1
Demais PF	61	0,50%	IGP-M	19
Total				20

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros da Diretoria	62	6,00%	IGP-M	4
Demais PF	62	6,00%	IGP-M	5
Total				9

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	63	0,50%	IGP-M	15
Membros da Diretoria	63	0,50%	IGP-M	3
Demais PF	63	0,50%	IGP-M	5
Total				23

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	71	9,86%	IGP-M	3
Total				3

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
PJ Coligada	76	5,25%	IPCA	14.836
Membros do Conselho de Administração	76	5,25%	IPCA	4.868
Membros da Diretoria	76	5,25%	IPCA	8
Demais PFs	76	5,25%	IPCA	1.947
Total				21.659

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
PJ Controladora	77	35,81%	IPC-A	2.425
Total				2.425

As operações foram equivalentes ao preço unitário do título subscrito na data considerada para avaliação (PU do papel), sendo que a operação de subscrição do CRI pela parte relacionada ocorreu dentro do processo ordinário de colocação dos títulos emitidos pela Companhia.

b. Política de remuneração

O Conglomerado remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa e variáveis. O valor no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está representado por R\$ 1.486 (R\$ 994 em 2020).

17 Despesas administrativas

	2º Sem/2021	2021	2020
Despesas com serviços terceirizados (a)	(24.188)	(50.594)	(29.664)
Despesas de processamento de dados	(8.341)	(14.808)	(7.748)
Despesa com serv. téc. especializados	(4.771)	(9.979)	(6.890)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(242)	(415)	(585)
Despesas com viagens	(125)	(236)	(232)
Despesas de comunicação	(2.509)	(4.080)	(970)
Despesas com acordo judicial	(125)	(225)	(121)
Despesas serviço sistema financeiro	(1.843)	(2.783)	(940)
Despesas com propaganda e publicidade	(10.862)	(17.450)	(2.753)
Despesas de aluguel comercial	(297)	(575)	(421)
Despesas com amortização/depreciação	(4.001)	(6.602)	(3.118)
Despesas de seguros	(31)	(50)	(58)
Despesa de transporte	(27)	(69)	(53)
Despesas judiciais e cartório	(995)	(1.681)	(1.008)
Despesas de Consulta órgão de proteção ao crédito	(3.174)	(4.662)	(996)
Outras despesas	(2.109)	(2.356)	(1.340)
Total	(63.640)	(116.565)	(56.897)

a) Refere-se principalmente à:

- (i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 correspondem ao valor de R\$ 8.893 e R\$ 21.319, respectivamente (R\$ 13.297 em 2020);
- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, correspondem a R\$ 1.933 e R\$ 3.767 respectivamente (R\$ 3.111 em 2020);
- (iii) As despesas incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, relativas a custos de repasse aos órgãos públicos, montam os valores de R\$ 502 e R\$ 936 respectivamente (R\$ 747 em 2020);
- (iv) Despesa com assessoria e consultoria empresarial na estruturação de negócios, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 11.796 e R\$ 23.092, respectivamente (R\$ 11.590 em 2020); e
- (v) Outras despesas pulverizadas, incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, correspondem ao montante de R\$ 1.064 e R\$ 1.480 respectivamente (R\$ 918 em 2020).

18 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º semestre/2021	2021	2020
Provisão para Imposto de renda	(2.601)	(8.094)	(11.293)
Provisão para Contribuição social	(1.424)	(3.070)	(4.246)
Total	(2.554)	(11.164)	(15.539)
Ativo fiscal diferido	13.078	18.607	21
Provisão/reversão para imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(1.469)	2.463
Total	9.053	5.975	(13.055)

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º semestre/2021	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(15.380)	4.845	46.682
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%(i), respectivamente	6.921	(2.180)	(21.007)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições Temporárias	(682)	-	(11.499)
Adições permanentes	(131)	(120)	(134)
Exclusões temporárias	(27)	-	7.442
Deduções por incentivos fiscais	325	368	475
Juros sobre o capital próprio	1	1.400	2.123
Swap	674	-	1.209
Equivalência Patrimonial	1.179	2.785	1.115
Demais ajustes CSLL (5%) (ii)	-	(1.917)	-
Outros	793	(6.311)	7.221
Impostos de Renda e Contribuições Social	9.053	(5.975)	(13.055)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes	(4.025)	(12.633)	(13.076)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	13.078	18.607	21

- (i) Alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 25% para a contribuição social para as empresas financeiras e equiparadas a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021, de acordo com a Lei 14.183/2021.
- (ii) Conforme Lei 14.183/2021 a alíquota da CSLL a partir de julho de 2021, é de 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022.

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo inicial em 01/01/2021	Constituição	Reversão	Saldo final em 31/12/2021
<u>IRPJ - Imposto de Renda</u>				
Prejuízo Fiscal (b)	-	9.668	-	9.668
Provisão contingência cível e trabalhista (b)	173	91	(204)	60
Outras provisões (b)	988	157	514	630
Provisão para derivativos MTM (b) e (c)	1.702	2.211	(3.027)	886
MTM Títulos e valores Mobiliários (a)	-	427	(165)	262
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa (b)	5.374	2.662	(1.571)	6.466
TOTAL - IRPJ	8.237	15.216	(5.481)	17.972
<u>CSLL - Contribuição Social</u>				
Prejuízo Fiscal (b)	-	7.734	-	7.734
Provisão contingência cível e trabalhista (b)	93	37	(82)	48
Outras provisões (b)	467	107	(208)	366
Provisão para derivativos MTM (b) e (c)	1.362	1.618	(2.271)	709
MTM Títulos e valores Mobiliários (a)	-	331	(132)	199
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa (b)	2.615	1.643	(913)	3.345
TOTAL - CSLL	4.537	11.470	(3.606)	12.401
Total crédito tributário de IRPJ e CSLL	12.773	26.686	(9.087)	30.373

As diferenças temporárias relativas às: (i) provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de realização em sua totalidade até o exercício de 2024; (ii) provisões para contingências pela sua natureza, espera-se que seja realizado até exercício de 2024; (iii) marcação a mercado está com datada para ser consumido em 2023 e 2024 de acordo com os vencimentos dos títulos; (iv) estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões para participação nos resultados, que serão realizados em sua totalidade em 2022; e (v) Prejuízo fiscal está com expectativa de realização total entre os exercícios de 2023 e 2024.

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em dezembro de 2021 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	2021	2022	2023	TOTAL
<u>Créditos Tributários de Imposto de Renda</u>				
Diferenças Temporária	5.365	3.749	8.858	17.972
Valor Presente	4.893	3.110	7.272	15.275
<u>Créditos Tributários de Contribuição Social</u>				
Diferenças Temporária	3.005	2.757	6.639	12.401
Valor Presente	2.39	2.286	5.479	10.504

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 102% CDI.

O Conglomerado não deixou de ativar os créditos tributários durante o exercício de 2021 e 2020.

d. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 1.469 em 31 de dezembro de 2021 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado (R\$ 57 em 2020).

19 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em dezembro de 2021 atingiu 15,03 representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	2021	2020
Patrimônio de referência	<u>111.629</u>	<u>107.773</u>
Índice de Basileia BACEN	<u><u>15,03</u></u>	<u><u>19,71</u></u>

20 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo entre outros, os riscos de: Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Socioambiental e Gerenciamento de Capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. As respectivas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Na estrutura sob apreço tem o papel relevante o **Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital** que subsidia o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

e. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

f. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

g. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

h. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional. Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

i. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para seu ajuste, incluindo a realização de swaps.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

j. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

k. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

“ O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico: www.bariquicreditointeligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

* * *

DIRETORIA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Superintendente

MATEUS VARGAS FOGAÇA
Diretor Executivo

EDUARDO ZAGONEL NEVES
Diretor Executivo

HENRIQUE LOPES WEBER
Diretor Executivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IVO LUIZ ROVEDA
Presidente

ENIO FORNEA JÚNIOR
Vice Presidente

FELIX ARCHANJO BORDIN
Conselheiro

ANTÔNIO BORDIN NETO
Conselheiro

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Conselheiro

RESPONSÁVEL TÉCNICA
CRISTIANE APARECIDA DAMRAT
Contadora CRC PR 063966/O-2